

A Fazenda do Colégio: apontamentos acerca da comunidade escrava

Vinicius Maia CARDOSO
maia-vinicius@[hotmail.com](mailto:maia-vinicius@hotmail.com)

Resumo:

O objetivo deste artigo é o de apresentar uma discussão – sem pretensão de novidade – a respeito da existência desse espaço de sociabilidades complexas construídas entre cativos presentes em espaço geográfico delimitado e experimentadas num recorte temporal relativamente extenso. Seu aspecto distintivo se estabelece no tocante que este trabalho visa definir proposição apresentada em minha dissertação de Mestrado, onde abordou-se acerca da possível constituição de uma comunidade escrava no interior da que chamei Fazenda do Colégio, ou seja, a fazenda jesuítica de Nossa Senhora da Conceição de Papucaia, no vale do Macacu, capitania do Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX.

Palavras-chave: comunidade escrava, escravidão, capitania do Rio de Janeiro.

Abstract:

This article aims at presenting a discussion-without pretense of novelty - about the existence of this complex sociability space built between the captive present in a delimited geographic space and experienced during a relatively long time frame. Its distinctive feature is established regarding that this paper aims at defining a proposition presented in my Master's dissertation, in which the possible establishment of a slave community within the place I called *Fazenda do Colégi*, or the Jesuit Farm Our Lady of Conception of Papucaia, in the valley of Macacu, captaincy of Rio de Janeiro, between the eighteenth and nineteenth centuries was addressed.

Keywords: slave community, slavery, Rio de Janeiro Captaincy.

O escravismo brasileiro, do ponto de vista da historiografia, nos últimos trinta anos tem sido analisado por uma gama de novas interpretações oriundas do acesso a arquivos, novas epistemologias e metodologias.¹ Uma profusão de trabalhos

¹ Alguns exemplos são: AMANTINO, Marcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832. In: LOCUS Revista de História, v. 12, nº 02. Juiz de Fora: UFJF, 2006; AMANTINO, Marcia. O mundo das feras. Os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – Século XVIII. São Paulo: Anablume, 2008; ANDRADE, Marcos Ferreira de. Rebelião e resistência: as revoltas

monográficos, muitos dos quais produzidos com abordagens em âmbito regional trouxeram revisões de anteriores análises modelares e dos grandes esquemas explicativos da escravidão. Toda essa complexidade, essas novas nuances acerca do viver escravo, não mais compreendido como dicotomizado entre senhores e cativos, talvez possa ser sintetizada citando-se Faria, no tocante a que ser escravo.

não era trabalhar, comer, dormir acorrentado a grilhões silenciosos. Em termos figurativos, é a ponta de um véu que, já levantada, deixa entrever uma comunidade não fechada em si mesma, que em seu dia-a-dia trabalhava, comia, amava, odiava, convivia intimamente com os livres, comercializava, andava por caminhos e ruas, conversava, tramava, etc. Vivia, em suma. Mas vivia escrava! E esse dado é fundamental.²

Apesar do baixíssimo status escravo, inferior ao de um homem livre pobre, os cativos conviveram entre si, com os livres e os libertos tramando suas estratégias de sobrevivência, vivendo as diversas situações cotidianas do mundo escravista. Cotidiano esse produzido e reproduzido em espaços onde a constituição de solidariedades individuais, a formação de famílias escravas e, num nível de complexidade, de maiores agregados sociais escravos, foram elemento de primordial importância para os cativos. Espaços de sociabilidades, de ajuda mútua, de conflitos e estratégias de sobrevivência

escravas na província de Minas Gerais. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, Dissertação de mestrado, 1996; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; ENGEMANN, Carlos. *De laços e nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João et alli. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FREITAS, Marcos Cezar de (Org), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; IVO, Isnara Pereira & PAIVA, Eduardo França. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008; KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000; LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750–1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. SP: Brasiliense, 1988; MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1996; SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SILVA, Eduardo & REIS, João. *Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. RJ: Nova Fronteira, 1999; SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão: ofícios e liberdade no Rio de Janeiro*: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

¹ LIMA, Henrique Espada. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: UFRJ, Volume 6, número 11, jul-dez, 2005, p.298.

² FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. p.291-292.

no seio de uma sociedade que tinha como interesse último, a coercitiva extorsão do trabalho de homens e mulheres cativos.

Entre os objetos de análise a respeito do viver escravo no Brasil, encontra-se a discussão acerca das chamadas comunidades escravas. O objetivo deste artigo é o de apresentar uma discussão – sem pretensão de novidade – a respeito da existência desse espaço de sociabilidades complexas construídas entre cativos presentes em espaço geográfico delimitado e experimentadas num recorte temporal relativamente extenso. Seu aspecto distintivo se estabelece no tocante que este trabalho visa definir proposição apresentada em minha dissertação de Mestrado, onde abordou-se acerca da possível constituição de uma comunidade escrava no interior da que chamei Fazenda do Colégio, ou seja, a fazenda jesuítica de Nossa Senhora da Conceição de Papucaia, no vale do Macacu, capitania do Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX.

Na ocupação do Vale do Macacu, na Capitania do Rio de Janeiro, foram distribuídas no século XVI, lotes de terras a vários proprietários. Entre estes, o português Miguel de Moura, que em 1567, receberia sua sesmaria de quatro léguas de comprimento por três de largura com o rio Macacu bem ao centro, cortando a sesmaria e indo desaguar na Baía da Guanabara³. Caindo em comisso, Moura fez doação de suas terras à Companhia de Jesus em 1571. Cristóvão de Barros, outro beneficiário com terras também no vale do Macacu, além dessas terras, possuía também outras em Magé, concedidas por despacho do governador geral Mem de Sá, em outubro de 1566.⁴ As terras de Barros principiavam no final da sesmaria que Miguel de Moura doara à Companhia de Jesus, estendendo-se por uma légua e adentrando o sertão. Os jesuítas, por sua vez, tal qual Cristóvão de Barros, também possuíam terras na região mageense⁵.

Os jesuítas e Barros permutaram então suas terras em 10 de maio de 1580. Barros ficou com as terras jesuíticas de Magé (que acrescentou às que já possuía naquela região) e os jesuítas se apropriaram da sua sesmaria, localizada “nos fundos”

³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. O Rio de Janeiro no século XVI. Estudo Histórico. Vol. 1, Lisboa, 1965, p.132

⁴ Segundo Serrão, Barros recebeu “*uma carta de sesmaria em 12 de Outubro de 1566 de uma terra com 4500 braças ao longo da água [da Baía da Guanabara] e 7500 para o sertão de Magepe...*” (Cf. Revista Trimensal do IHGB; tomo LXIII, parte 1ª; Rio de Janeiro, 1901, pp. 96-98 apud SERRÃO, Joaquim Veríssimo. O Rio de Janeiro no século XVI, p.137).

⁵ Segundo Serrão, Barros recebeu ‘*uma carta de sesmaria em 12 de Outubro de 1566 de uma terra com 4500 braças ao longo da água [da baía da Guanabara] e 7500 para o sertão de Magepe...*’ (Cf. Revista Trimensal do IHGB; tomo LXIII, parte 1ª; Rio de Janeiro, 1901, pp. 96-98 apud SERRÃO, 1965, p.137.

das terras recebidas de Miguel de Moura. O negócio foi confirmado através do *Instrumento do conserto das terras de Magé com Cristóvão de Barros*⁶. Essa légua adicional aparece mencionada também como *légua da Sapucaia*.⁷

A medição da *légua da Sapucaia* foi feita em 03 de setembro de 1587 e a demarcação das terras em 08 de setembro do mesmo ano, ampliando ainda mais as já extensas terras dos padres. A definitiva ocupação das terras do Macacu pelos jesuítas, segundo Serafim Leite⁸, se daria após uma “guerra” travada entre colonos e os indígenas na região do Macacu, o que possibilitou a fundação do aldeamento de São Barnabé (atual localidade de Itambi, no município de Itaboraí) e, “anexa” a este, a Fazenda do Colégio. Esta ação associa-se à “política” jesuítica que combinava aldeamento, na região o de São Barnabé, com a aquisição de terras para instalação de uma fazenda produtora de alimentos, imprescindível para a sustentação econômica desse mesmo aldeamento.

O mapa do jesuíta Domingos Capassi mostra propriedades da Companhia de Jesus na capitania do Rio de Janeiro no ano de 1730⁹. Nele pode-se observar o Macacu como maior rio que corre para a Baía da Guanabara. Às suas margens Capassi assinalou o aldeamento de São Barnabé e, acima deste, a Vila de Macacu junto a um rio que deve ser o Cacerebu. Acima da Vila, encontram-se demarcadas duas fazendas entre dois rios. Uma dessas, a que beira o Macacu, certamente é a fazenda do Colégio (Papucaia). A outra, a fazenda do Carmo. Segundo Serafim Leite, nas terras recebidas pelos jesuítas, e aumentadas com a légua permutada com Cristóvão de Barros, existiam

terras ainda suficientemente vastas para nelas se situar com o tempo esta Aldeia [de São Barnabé] e constituir, separada dela, uma importante fazenda, a que se dá o nome ora de Macacu, ora de Papucaia e às vezes Macacu na Papucaia. A Fazenda incluía em si outros sítios, toponímia miúda, que às vezes aparece nos

⁶ Livro do Tombo do Colégio Jesus do Rio de Janeiro.

⁷ Livro do Tombo do Colégio Jesus do Rio de Janeiro. Esta légua “da Sapucaia” também aparece no Índice Toponímico do “Livro do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro”, como “Pacocaya.” E no mesmo Índice encontramos a menção a uma “Tapera de Pacacaya” ou “Pacaraya”. Aqui se levanta a hipótese de que o nome da atual localidade de Papucaia, no 2º distrito de Japuiba, em Cachoeiras de Macacu, poderia ser uma variação de “sapucaia” (*Lecythis ollaria* ou *L. pisonis*), que nomeia árvore presente na região. O vocábulo teria se “corrompido” com o tempo, o qual denomina árvore presente na região. Segundo a *Descrição...*, a madeira dessa árvore servia para “Moendas de Engenhos, curvas de Embarcaçoens, Esteios, Vigas, frexaes e Carvão: a sua fruta He saborosa e Medicinal. (Rellação das Madeiras que abundão os vastíssimos Sertõens do Districto da Villa de Santo Antonio de Sá de Macacú, e de seos nomes, quantidade e préstimos, e exceção daquellas que somente servem para Lenha)”.

⁸ LEITE, Serafim, S.J. História da Companhia de Jesus no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

⁹ Mappa corographico da Capitania do Rio de Janeiro por Domingos Capassi da Compa. de Jesu [Ca.1730]. Cartografia ARC.023,01,001. Biblioteca Nacional.

documentos, e nos quais havia a sua Casa e pequena Capela e Cruz, que a tradição ainda hoje conserva, aqui e além, na região. Tentou-se em Macacu a criação do gado e a policultura, habitual às Fazendas dos Jesuítas, mas verificando-se que as suas terras se prestavam mais à cultura da mandioca, centralizou-se nela a fabricação da farinha do Brasil e diz-se em 1757 que era a mais importante fazenda do Colégio na produção de farinha. Ocupavam-se então nesse trabalho 223 servos. Para o serviço de lavragem e carretos existiam nela 117 bois e 20 cavalos. A Igreja dessa fazenda recebeu nesse ano, para as despesas do culto, 89 escudos romanos e gastou 67. Tomou conta dela para o Estado, em 1759, e da farinha que nela achou e era muita, o Ouvidor do cível, homem correto, Gonçalo José de Brito.¹⁰

As atividades anteriormente centradas na policultura e a pecuária, segundo Leite, foram modificadas para uma monocultura de mandioca visando a produção farinheira. Tanto o é que a fazenda foi considerada por Leite, em 1757, como *a mais importante fazenda do Colégio na produção de farinha*. Informação que delega à “Colégio” grande importância econômica, se forem levadas em consideração, por exemplo, as dimensões de fazendas jesuíticas como a de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

A atividade farinheira da fazenda era possível devido às suas terras, disponibilidade de mão de obra e grande quantidade de bovinos e equinos para aragem e transporte das raízes para o engenho e da produção para outros centros consumidores. Em 1759, a produtiva unidade agrícola inaciana foi alvo da política de Pombal de expulsar os jesuítas de todas as possessões portuguesas. Moraes menciona que a expulsão dos padres da região macacuana, com conseqüente sequestro de seus bens encontra-se numa lista anexa a documentos enviados ao Conde de Bobadela no biênio 1759/60. A lista informa sobre a expulsão de 199 padres de propriedades jesuíticas em várias partes do Brasil. Cita a fonte: *Padres vindos no dito dia 11* [de novembro de 1759], *remettidos da fazenda de Macacú pelo desembargador Gonçalo José de Brito Barros – 2*.¹¹

O jesuíta José Caeiro registrou rara informação a respeito do sequestro dessa fazenda, alcançando-nos sua atividade econômica, número de cativos e inclusive o nome dos dois padres presos pelo desembargador:

O desembargador Gonçalo de Brito foi o encarregado de expulsar os padres da residência de Macacu. De lá, assim como da fazenda do Saco, tirou grande quantidade de farinha de mandioca e muitas madeiras, traves e tábuas, além de

¹⁰ LEITE, Serafim, S.J. História da Companhia de Jesus no Brasil, p.114-115.

¹¹ MORAIS, Alexandre José de Melo. Corographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária, e política do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro Typ. Americana, 1858-1863, 5 v.1, p. 479.

trezentos e cinquenta escravos. Estavam lá os dois padres, Gonçalo Costa e Manuel Leão, que não tiveram razão de queixa pelo modo como foram expulsos.¹²

A fonte confirma a informação de Serafim Leite, revelando, além dos nomes dos jesuítas “gentilmente” expulsos e a destinação da fazenda para a produção farinheira, atividade nitidamente voltada para o abastecimento, que os jesuítas dedicaram-se também à extração de madeiras, indiciando que talvez possuíssem artesãos voltados para seu aparelhamento, devido às *traves e tábuas* mencionadas. Outra valiosa informação refere-se à sua grande escravaria, composta por 350 cativos. Infelizmente, Caeiro não oferece dados referentes à composição étnica, etária ou sexual desses escravos. Esses dois padres foram remetidos para Portugal, junto com os outros 197 padres, na nau Nossa Senhora do Livramento e S. José em 14 de março de 1760.¹³

Após a expulsão, o destino dessas terras ficou nas mãos das autoridades portuguesas. Sequestradas pelo Estado, as propriedades inacianas por toda a capitania do Rio de Janeiro seriam, aos poucos, arrematadas por compradores. Foi possível saber por qual preço a fazenda jesuíta em Macacu foi vendida após seu sequestro. Segundo fonte do Conselho Ultramarino, de 1785, que informa sobre a venda de algumas das fazendas inacianas no Rio de Janeiro¹⁴, a “Fazenda da Papocaya”¹⁵ foi vendida pela quantia de 21:600\$000 (vinte e um contos e seiscentos mil réis).¹⁶

As Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro¹⁷, de Manuel Vieira Leão, de 1767, assinalam, no mesmo local indicado no mapa de Capassi, *Pacocay d’El Rey*, junto ao rio Pacocay. Ao seu lado, na mesma posição, *Religiosos do Carmo*. Sem

¹² ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do marquês de Pombal (século XVIII). Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936, p. 194-195.

¹³ MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária, e política do Imperio do Brasil*, p.480.

¹⁴ Junto com a “Papocaya” outras fazendas mencionadas na fonte, vendidas entre 1759 e 1785, foram: a fazenda de São Francisco Xavier (8:800\$000); Itapoca (20:890\$075); Macahé (34:330\$023) e Campos Novos (24:548\$428).

¹⁵ Tanto a denominada “*residência de Macacu*”, citada na referência da nota 239, quanto a “*Fazenda da Papocaya*”, se tratam da mesma unidade de produção dos jesuítas no Vale do Macacu, ou seja, a Fazenda do Colégio, nome adotado neste trabalho a fim de se simplificar a referência a essa propriedade inaciana.

¹⁶ Relação dos rendimentos e despesa anual dos bens confiscados aos extintos jesuítas da capitania do Rio de Janeiro entre os anos de 1781 e 1785. AHU_ACL_CU_017, Cx.127, D.10151. Disponível em:

<<http://www.resgate.unb.br/resgate/folhearDocumento.jsp?iddoc=86779&idimg=1157898&pagina=2>>.

Acesso em: 16 abr. 2009.

¹⁷ LEÃO, Manuel Vieira. *Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brasil - 1767*. Cartografia CAM.02,008. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

dúvida que se trata da *Fazenda do Colégio* ou *Fazenda da Papucaia*, já então na posse da Coroa Portuguesa

O ano de confecção da carta topográfica é 1767. Seria possível que desde 1759, ano do seu sequestro, a fazenda jesuítica tivesse ficado “parada”, com seus 350 cativos, aguardando comprador? Ao que indicam as fontes coevas, o primeiro a adquirir o imóvel foi Nicolao Bonarrota, conforme indica Pizarro ao comentar sobre a capela de *Nossa Senhora da Conceição da Papocaia*, em suas *Visitas Pastoraes*, no final do século XVIII:

Eréta pelos Jesuítas, e conservada por eles como Curada. Com a extinção deste passou com a Fazenda a mesma capela para o domínio do Capitão Nicoláo Bonarrota, por compra feita à fazenda Real; e por falecimento deste, casando-se a mulher com Antonio de Oliveira Braga, passou ao mesmo o Senhorio da Fazenda com a Capela. (...) nela faz-se uso de Sepulturas para os escravos da Fazenda, por conceção do Pároco. Dista 1/2 légua para o Sul.¹⁸

Bonarrota casou-se com Maria Feliciano Cordovil, e sua presença na freguesia da Trindade pode ser reforçada pelo registro de falecimento de um seu escravo, o “inocente” Manoel, em 30 de maio de 1782. No registro, Bonarrota aparece como alferes.¹⁹ Passados 25 anos após o sequestro da fazenda, este faleceu, deixando Maria Feliciano como sua herdeira e proprietária de um atraente dote. Não foi possível saber se os mesmos tiveram filhos.

Aos vinte e coatro de Março de mil setecentos e oitenta e coatro anos nesta Freguezia faleceu da vida presente com todos os Sacramentos Nicolau Antonio Bonorota, Alferes de Auxiliares, filho legitimo de Lazaro Maria Bonorota e de Thomazia Maria Bonorota, já falecidos, natural do Porto, baptizado na freguesia de Santo Ildefonso Maior, cazado nesta Cidade com Dona Maria Felicianna Cordovil, foi encommendado pelo Reverendo Parocho e Padres; amortalhado no habito de Cavalheiro da Ordem de Christo, sepultado no Carmo.²⁰

Após o falecimento de Nicoláo Bonarrota²¹, em 1784, sua viúva, Maria Feliciano de Siqueira Cordovil, casou-se em segundas núpcias com Antônio de Oliveira Braga,

¹⁸ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Visitas Pastoraes Freguesia da Santíssima Trindade*. Original manuscrito.

¹⁹ O dado foi recolhido dos registros de falecimento de escravos da Freguesia da Santíssima Trindade, no século XVIII, existentes no Arquivo da Mitra Diocesana de Nova Friburgo - RJ. As páginas dos registros encontravam-se desorganizadas, não se podendo explicitar a que livro pertenciam.

²⁰ Registro de falecimento de Nicolao Antonio Bonorota. In *Habilitação Matrimonial de Antonio de Oliveira Braga*. Caixa 1065 - Notação 2831- Maço 68. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil.

²¹ Aos vinte e coatro de Março de mil setecentos e oitenta e coatro anos nesta Freguezia faleceu da vida presente com todos os Sacramentos Nicolau Antonio Bonorota, Alferes de Auxiliares, filho legitimo de Lazaro Maria Bonorota e de Thomazia Maria Bonorota, já falecidos, natural do Porto, baptizado na freguesia de Santo Ildefonso Maior, cazado nesta Cidade com Dona Maria Felicianna Cordovil, foi

como se viu. Segundo a *Discripção...*, de 1797²², Braga aparece citado como proprietário de engenho de açúcar e é o maior senhor de escravos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu. Portanto, foi entre os anos de 1784 e 1797 que Braga desposou Maria Feliciano, tornando-se, através de casamento, o segundo proprietário da antiga fazenda jesuítica.

Segundo a fonte, existia na fazenda um plantel de 207 escravos, formado por cativos do sexo masculino num total de 44 homens adultos, ditos *grandes* (21,25%) e 55 não adultos, ditos *pequenos* (26,57%). Do sexo feminino, havia 62 escravas *grandes* (29,95%) e 46 escravas *pequenas* (22,22%). Os escravos *grandes*, portanto certamente adultos, apresentavam um percentual de 51,20% (106 cativos e cativas), contra 48,79%, ou seja, 101 escravos e escravas não adultos, ou seja, *pequenos*. A fazenda possuía em 1797 um rebanho de 100 bois, 60 vacas, 20 novilhos, 34 ovelhas, 04 cavalos, 40 bestas (para certamente o transporte da produção) e 04 poldros (potros).

Se o objetivo de Braga era a realização da produção, que para o mesmo ano foi de 1.300 arrobas de açúcar, 19 pipas de aguardente, 400 alqueires de farinha de mandioca, 20 de feijão, 80 de arroz e 20 de milho, os quais teriam sido produzidos pelos cativos “*grandes*”, parece possível crer que essa produção de gêneros alimentícios tinha a função de sustentar as famílias escravas existentes na propriedade, haja vista que as mesmas estariam presentes dado o número elevado de cativos e cativas “*pequenos*”. O que se quer aqui argumentar é que não se teria comprado escravos muito jovens, e sim que estes seriam filhos e filhas dos casais escravos anteriormente residentes na fazenda quando a mesma passou a ser administrada por Braga juntamente com a esposa. Tal argumento reforça-se ao se considerar que, a produção de arroz, milho e feijão não teria

encomendado pelo Reverendo Parocho e Padres; amortilhado no habito de Cavalheiro da Ordem de Christo, sepultado no Carmo. Cópia do registro de falecimento de Nicolau Bonarrota. Habilitação matrimonial de Antonio de Oliveira Braga, 1804. Caixa 1065, Notação 2831, maço 68. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro– Rio de Janeiro/RJ.

²² Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas). Existe outra cópia do mesmo documento, catalogado com outro título e sem os mapas: Memorial descritivo da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu (Cachoeiras de Macacu) com: localização, portos, estradas, produção, população e dois quadros demonstrativos. O primeiro refere-se às madeiras da região, indicando-se-lhes a utilidade; o segundo contém dados sobre engenhos, instituições, habitantes e contingentes militares. Sf. 7 de abril de 1797. 61 p. IEB/USP – COL.ML, 88.1

a destinação de servir para o comércio, tendo mesmo a função de suprir parte do abastecimento interno da fazenda.

Essa suposição se reforça quando analisado o tráfico negreiro para o Rio de Janeiro no período. Cavalcanti apresentou seus dados, embora os considere ainda incompletos, sobre esse tráfico:

A partir desses fragmentos documentais, podemos quantificar 37.114 escravos referentes aos anos de 1731 a 1735; 281.323 escravos para o período de 1759 a 1792; e 28.385 escravos para os anos de 1799, 1800 e 1801. Portanto, para os cinco primeiros anos temos uma média anual de 7.423 escravos; para os 34 anos seguintes, 8.274 escravos; e 9.462 para os três últimos anos.²³

De 1759 a 1771 entraram pelo porto do Rio de Janeiro, vindos da *Costa da Mina*, 4.961 escravos adultos e 26 “crias”. Por sua vez, de 1799 até 13 de setembro de 1802, entraram vindos da *Costa da África*, junto a 28.385 escravos adultos, o insignificante número de 08 “crias”. Assim, mesmo com Cavalcanti considerando lacunas existentes nos dados compilados para tantos anos de tráfico, parece claro que a compra de crianças não estava presente nos interesses mercantis dos traficantes e consumidores. Admitir o fato de que se tivesse adquirido tantos escravos “pequenos” pelo tráfico – já que seria mais barato comprar cativos no Rio de Janeiro – vai na contramão dos levantamentos feitos por Cavalcanti, o qual conclui que

a quantidade de crianças que chegavam continuava reduzida, o que evidencia que o interesse dos consumidores do Rio de Janeiro era por escravos que estivessem prontos para o trabalho, escravos que imediatamente amortizassem o investimento neles aplicados pelo seu senhor.²⁴

Reforça-se portanto a ideia de que realmente os escravos ditos “pequenos” e “pequenas” nasceram mesmo na fazenda.

Supondo que, devido estar assinalada na Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro (1767) a localidade de Pacocay d’El Rei, comprovando que a fazenda foi sequestrada em 1759 e vendida posteriormente – com os escravos, supõe-se – para Bonarrota, tal venda só poderia ter ocorrido durante ou após o ano de confecção da Carta. Infere-se que a fazenda teria ficado “fechada” por no mínimo sete anos, o que também colaboraria para a consolidação – ou a continuidade – das sociabilidades entre a sua escravaria.

²³ CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro Setecentista, p.53.

²⁴ CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro Setecentista, p.58.

Supõe-se então, que essa escravaria de Antonio de Oliveira Braga constitua-se pela que “veio junto” com a Fazenda do Colégio à época de sua compra por Bonarrota, e a grande presença de 101 escravas e escravos “pequenos”, em meio a uma escravaria de 207 indivíduos integrava uma tida comunidade escrava na propriedade, constituída não pelo tráfico, mas de forma semelhante à das fazendas jesuíticas apresentadas, ou seja, pela constituição de famílias.

Considerando que teoricamente era possível a formação, na fazenda do Braga, de no máximo 44 casais escravos, pode-se estabelecer uma relação, hipotética, de pelo menos 2,2 crianças cativas para cada casal, fora a possibilidade de relações geradoras de crianças naturais. Infelizmente, não se pode precisar qual seria a real organização de famílias escravas na fazenda, mas que elas estavam lá, isso parece acertado afirmar.

Concluindo, a fazenda de Antonio de Oliveira Braga e Maria Feliciano, em 1797, poderia ter abrigado, com base no conceito de Engemann, uma comunidade escrava formada quando ainda pertencia aos jesuítas. Segundo este conceito,

um conjunto de indivíduos que partilham símbolos, ritos, mitos e parentesco dentro do mesmo espaço socialmente ordenado. A partir disso, é possível deduzir que os plantéis, principalmente aqueles com relativo equilíbrio etário e sexual, tenham se constituído em unidades comunitárias, uma vez que a comunidade escrava é, em princípio, produto da família que se instaura no cativeiro.²⁵

Óbvio que aquele grande grupo de escravos não mais se encontrava em sua formação original de 37 anos atrás – já que segundo Caeiro era formada por 350 cativos – posto que alterada por nascimentos, falecimentos, possíveis fugas e eventuais compra de escravos “novos”. Mas, mesmo assim, quantos laços parentais poderiam estar consolidados numa população de 207 escravos em que praticamente metade era formada por crianças ou jovens, possivelmente nascidos na propriedade? O intervalo de tempo que caracteriza o segundo momento fixa-se nos anos decorridos entre o casamento de Henrique José de Araújo, em 1804 e seu falecimento, em 1840, ou seja, 36 anos. Araújo casaria naquele ano com a filha de Antonio de Oliveira Braga, o que foi comprovado pela habilitação matrimonial dos nubentes. O comerciante Henrique José de Araújo tornara-se, com a união, o terceiro proprietário da Fazenda do Colégio após o sequestro. Pelo casamento, alçara o ambicionado status de senhor de engenho, o que lhe faria merecer a reveladora observação de Joakim Mariano de que o aumento de sua

²⁵ ENGEMANN, Carlos. De laços e de nós, p. 27.

fortuna se dera graças à sua esposa, filha do senhor de engenho Antonio de Oliveira Braga.

Se Bonarrota faleceu em 1784, a informação no documento do Conselho Ultramarino de que a fazenda Papocaya (Colégio) fora vendida a ele entre 1759 e 1785 é fidedigna. Prosseguiu então a sequência de transferência dessa propriedade. Sua segunda mudança de dono se deu pelo casamento da viúva de Nicolau Bonarrota, D.^a Maria Feliciano Cordovil de Siqueira, com Antonio de Oliveira Braga, união que gerou ao menos uma filha: Maria Bibiana.

Dizem Antonio de Oliveira Braga, filho legítimo do Capm Antonio de Oliveira Durão, já defunto e de D. Jacintha Lourença de Jesus, morador na Freguesia de Santa Rita, e Dna Maria Feliciano Cordovil de Sequeira Bonaroty, viúva que ficou do Alferes Nicolao Antonio Bonaroty e filha legitima de Francisco Cordovil de Sequeira e Mello, já defunto, e Dna Catherina Vas Moreno moradora na Freguezia de N. Sra da Candelária desta Cidade que elles achão Contractados e Justos a receberem-se em Matrimonio na forma da Igreja...²⁶

Rememorando a sequência de posse da Fazenda do Colégio, esta passara do controle da Fazenda Real, certamente por leilão em hasta pública, para a posse de Nicoláo Bonarrota. Deste, a fazenda passou por herança para a viúva Maria Feliciano e esta, casando-se com Antônio de Oliveira Braga, passou a este o senhorio da fazenda. Posteriormente, pertencerá a Henrique José de Araújo, através do casamento com Maria Bibiana, filha de Antonio de Oliveira Braga e Maria Feliciano, em oito de setembro de 1804, na cidade do Rio de Janeiro.

O *Capitão Henrique* foi homem rico, com *cabedal* suficiente para despender generosas somas em obras pias como *as contínuas beneficencias q. algumas Igrejas da Cidade tem recebido do ditto Senhor, principalmente a Capella q. foi do Sacramento na Igreja do Rozario no Rio de Janeiro, com q. tem despendido mais de seis mil cruzados.*²⁷ Devido à falta do inventário *post-mortem* de Henrique José de Araújo, não foi possível uma melhor caracterização dos cativos de sua propriedade no Vale do Macacu. Contudo, existe uma informação acerca do número de escravos de Araújo. Nicoulin, em trabalho sobre a vila de Nova Friburgo, transcreveu observação de Meiret de Miécourt sobre a passagem dos suíços pelo vale do Macacu no ano de 1821, em direção à subida da serra:

²⁶ Habilitação Matrimonial de Antonio de Oliveira Braga.

²⁷ Livro das Pastoraes e Visitas da Freguesia de Santíssima Trindade. Original manuscrito.

Os colonos percorreram a metade da viagem. Vão deixar os barcos para empreender a última parte do trajeto. O primeiro dia leva-os à fazenda do Colégio, distante 18 quilômetros da última parada. (...) Chegando à fazenda do Colégio, entram em contato com outra realidade brasileira. Essa fazenda pertence a um proprietário “imensamente rico”, que possui mais de 300 negros e um engenho de açúcar. Ali são bem recebidos, bebem a aguardente do país, a cachaça.²⁸

A escravaria da Fazenda do Colégio, ao menos no tempo do Braga, em 1797, contava 62 mulheres, 44 homens e outros 101 escravos e escravas mais jovens. Cativos estes que Araújo adquirira pelo casamento com Maria Feliciano Cordovil sete anos após. Evidente que esse grande grupo sofrera alterações no decorrer desse tempo, mas provavelmente mantivera-se relativamente íntegro, além do que muitos dos 101 mais jovens teriam alcançado idade produtiva e se voltariam para a produção mercantil da farinha e outros gêneros. Após a morte de Araújo em 1840, sua grande propriedade foi dividida entre seus herdeiros.

Joaquim Henrique de Araújo, depois de seu casamento com Luisa Bambina, alcançou o título de Barão de Piracinunga, por Decreto de 06 de dezembro de 1850. Na divisão da *Fazenda do Colégio*, Joaquim herdara a parte denominada Fazenda da Papucaia.²⁹

Guedes analisou em seu trabalho sobre Porto Feliz (SP) e a freguesia de São José (RJ), como o batismo podia contribuir para a formação dessas mesmas solidariedades, as quais formariam comunidades escravas:

a escravidão manteve um ótimo diálogo com o batismo. Estimulado por senhores e escravos, demonstra um modo pelo qual o cativo incorporava trabalhadores africanos, ao mesmo tempo em que propiciava meios de socialização entre os cativos, o que, por sua vez, conduziu a uma intensa rede de parentesco, que formara uma comunidade escrava.³⁰

Da mesma forma que Guedes, escrevendo sobre a constituição de comunidades escravas em grandes escravarias no sudeste brasileiro, Engemann também reputa às relações parentais entre cativos a geração de condições que possibilitariam a formação dessas comunidades, já que

²⁸ NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo: 1817 a 1827*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1996.

²⁹ Na página 179 da Seção Província, do Almanaque Laemmert de 1850, aparece na freguesia da Santíssima Trindade, município de Santo Antônio de Sá, no item Fazendeiros, a “Viuva & filhos de Henrique José de Araújo, senhores de cinco fazendas”. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1850/00000619.html>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

³⁰ GUEDES, Roberto. Notas sobre fontes paroquiais de batismo. In: *Cadernos de Estudos e Pesquisas. História*. Ano VIII. Jan/Abr 2004. Nº 19. Rio de Janeiro: Universidade Salgado de Oliveira, 2004, p.110.

se a reunião de um grande grupo de escravos multiplicava os fatores de tensão, de igual modo deveria multiplicar os mecanismos de negociação.(...) Temos então a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma estrutura mais abrangente: a comunidade. O transcorrer das gerações em convívio produz um efeito gregário que potencializa os laços diretos. Basicamente o que fornece o amálgama é a existência de antepassados comuns e de símbolos e crenças – freqüentemente aprendidos desses antepassados – que também são partilhados pela maioria dos membros da comunidade.³¹

Seria essa possibilidade condizente com a Fazenda do Colégio, pelo fato de tratar-se de uma propriedade com número marcadamente elevado de cativos, posto que inserida no contexto socioeconômico de uma região com poucas propriedades agromanufatureiras? Não foi possível avaliar, tal como fez Machado³² – por motivo da absoluta ausência de fontes – se os compadrios entre escravos da Fazenda do Colégio se deram preferencialmente com cativos domésticos apadrinhando escravos do eito. Porém, a questão levantada por Engemann de que escravos que *estavam juntos, em alguns casos, por gerações, tendendo a formação de ancestrais comuns* apresenta possibilidades mais próximas de observação.

Relativamente apresentando muitos cativos, a Fazenda do Colégio possuiria reais possibilidades de abrigar, em meio a uma miríade de pequenas propriedades com escravarias médias e na maioria dos casos, pequenas, algo que poderia ser chamado de comunidade. Acerca desse debate sobre a pertinência ou não da existência de comunidades escravas, recupera-se uma observação de Freire:

Os estudos sobre a escravidão no Brasil têm se debruçado sobre novos temas. O debate que ora se trava aborda o escravo enquanto agente histórico no processo ao qual esteve inserido. Essa nova abordagem tem levado as pesquisas a encontrar um sistema escravista diferente daquele que até então se imaginava. A visão de um escravismo estático, baseado numa dicotomia entre senhores e escravos no qual apenas aos primeiros caberia a condução do escravismo, não mais se sustenta. Está claro que os senhores eram a parte mais forte da contenda; entretanto, aos cativos havia a possibilidade de se mover dentro de certos espaços.³³

³¹ ENGEMANN, Carlos. Comunidade Escrava e Grandes Escravarias no Sudeste do Século XIX. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003, Caxambu, 2003, p. 10.

³² MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX.* In: Revista Brasileira de História vol.26, nº.52, São Paulo, Dez. 2006, 49-77.

³³ FREIRE, Jonis. Expectativas e tensões: estabilidade das famílias escravas, em uma sociedade escravista mineira, século XIX. In: II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2008, Muriaé. Anais do II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2008.

No contexto desses *certos espaços* de mobilidade, encontra-se a comunidade escrava, assunto polêmico cujo termo, como se verá, é difuso e de maior complexidade nos estudos das solidariedades entre cativos no cotidiano do escravismo. Entretanto, é necessária a adoção de um conceito que sirva como referência para essa discussão. Sendo assim, apropria-se a partir aqui do conceito de comunidade formada por escravos definido por Engemann como

um conjunto de indivíduos que partilham símbolos, ritos, mitos e parentesco dentro do mesmo espaço socialmente ordenado. A partir disso, é possível deduzir que os plantéis, principalmente aqueles com relativo equilíbrio etário e sexual, tenham se constituído em unidades comunitárias, uma vez que a comunidade escrava é, em princípio, produto da família que se instaura no cativoiro.³⁴

Portanto, mais que um simples “ajuntamento” de indivíduos, seria necessário, para a constituição de uma comunidade formada por cativos, que se construíssem laços sólidos, que houvesse um amalgamento com base na cumplicidade de relações e no estreitamento promovido por uniões consanguíneas no tempo e num mesmo espaço socialmente ordenado.

Será na família escrava, segundo Engemann, que se encontrará a base para a constituição da comunidade cativa. Haja vista que, se uma grande escravaria em uma propriedade se perpetuasse no tempo e mantivesse relativa integridade, seria inevitável que a formação de laços sociais de todo tipo, inclusive familiares, ou seja, por meio da consanguinidade e do compadrio.

Considero que a Fazenda do Colégio foi uma propriedade que abrigou uma escravaria que conseguiu construir, no tempo, relações sociais complexas, vivendo três momentos distintos ligados à posse dessa fazenda, sendo possível demonstrar ter havido a sobrevivência de complexas relações sociais entre cativos – urdidadas numa prática jesuítica de constituição de famílias regulares de escravos – da fazenda do Colégio.

O primeiro momento abrange um período de tempo de 44 anos, compreendido entre a arrematação da Fazenda do Colégio por Nicolau Bonarrota, possivelmente em

³⁴ ENGEMANN, Carlos. De laços e de nós, p. 27.

1760³⁵, até o casamento de Henrique José de Araújo, em 1804, com a filha oriunda da união da viúva de Bonarrota com Antonio de Oliveira Braga. Durante todo esse período, teria subsistido na Fazenda do Colégio uma antiga comunidade formada por escravos ainda da época jesuítica?

A propriedade de Araújo constituía-se, portanto, na antiga fazenda jesuíta que foi repassada, após seu sequestro pela Coroa em 1759, para no máximo dois posteriores proprietários, num curto período de anos. Face a essa situação, e levando-se em conta que as propriedades inicianas eram revendidas a arrematantes a preço baixo e muitas das vezes completas, ou seja, de “porteira fechada”, na arrematação estariam, por conseguinte, incluídos todos os escravos lá anteriormente existentes.

Couto, em estudo sobre venda de escravos dos jesuítas no Colégio do Recife após sua expulsão, informa que *a maioria dos escravos foi vendida junto com as propriedades em que trabalhavam*.³⁶ O mesmo teria ocorrido também no Rio de Janeiro, sendo “transferidos” aos novos proprietários, começando por Bonarrota, não apenas um conjunto de cativos, mas famílias formadas pelos escravos dessas fazendas.

Aqui se infere que, sendo possível demonstrar, com base em inventários, ter existido uma regularidade nessa prática de formação de uniões estáveis em outras quatro fazendas da Companhia de Jesus na Capitania do Rio de Janeiro – Macaé, Campos Novos, Engenho Novo e Santa Cruz – essa mesma regularidade poderia também ter existido na Fazenda do Colégio.

Analisando-se esse particular aspecto para as fazendas jesuíticas apontadas, tem-se para Macaé uma população escrava de 217 indivíduos. Destes, 112 (51,61%) eram homens e 105 (48,39%), mulheres. Entre os escravos do sexo masculino, apenas 20,72%, ou seja, 45 indivíduos integravam a faixa de idades de 0 a 15 anos. Em relação às mulheres, apenas 46 cativas (21,18%) integravam a mesma faixa etária³⁷. Engenho Novo já apresenta 279 cativos em seu inventário. Da mesma forma que em Macaé, 44,80% dos cativos, ou seja, 125 indivíduos, são do sexo masculino, relacionando-se

³⁵ Embora se desconheça o ano em que se deu essa arrematação, considerou-se o maior intervalo de tempo possível, fixando-a, aleatoriamente em 1760, primeiro ano após decorrido o sequestro dos bens jesuíticos pela Coroa Portuguesa.

³⁶ COUTO, Jorge. A venda dos escravos do Colégio dos jesuítas do Recife (1760-1770). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org). Brasil: Colonização e escravidão. RJ: Nova Fronteira, 2000, p.195.

³⁷ Considera-se que esta faixa de indivíduos vistos aqui como em idade não reprodutiva está um tanto elástica, mas mesmo assim, comprova-se que a maioria da escravaria de Macaé apresentava um equilíbrio etário e sexual considerável. Portanto, segundo o conceito aqui em discussão, potencialmente promotora da comunidade cativa.

com 149 (53,40%) mulheres. Respeitada a mesma faixa etária, de 0 a 15 anos, tem-se, para o gênero masculino, 47 indivíduos (16,83%) e para o feminino, 55 (19,7%). Campos Novos, embora não apresente as idades dos cativos, acompanha ao menos esse padrão de equilíbrio da população escrava, integrada por 152 homens (48,10%) e 163 mulheres (51,58%), perfazendo um plantel de 316 cativos. Santa Cruz, embora possua número de escravos absolutamente discrepante em relação às fazendas apresentadas, possuía 1009 cativos à época do inventário, trazendo um equilíbrio sexual representado por 522 cativos do sexo masculino (51,73%) e 487 femininos (48,26%). Esse grande grupo de escravos, segundo a fonte, apresentava pelo menos 148 casais escravos, com ou sem filhos.³⁸

Para Santa Cruz, um caso é o do casal Pascual e Leonor, listados como pais de 10 filhos (Feliz de Faria, Pedro Milagre, Álvaro Soarez, Ignácio Madeira, Ponciano Barreto, Basília dos Santos, Enneia Pereira, Adriana Pereira, Cimiana e Apolinário), o que significa poder-se considerar a existência de uma relação estável. Outro exemplo é o caso de Maria da Piedade, viúva de Sebastião de Moura e casada com Manoel da Cruz. Seus filhos eram Emerita, do primeiro marido e Francisco, do segundo. Há também casos de viúvas que não casaram, mas mesmo assim, está claro que em algum dia possuíram maridos. Há que se ressaltar que alguns casais tiveram seus filhos após o sequestro da fazenda pela Coroa, ou seja, mantiveram-se unidos.

Parece comprovado que além dessa regularidade no equilíbrio etário e sexual, existiram basicamente famílias escravas em todas essas fazendas. Esse, por sinal, pode ser o maior indício de que nessas fazendas existiu o desenvolvimento de uma “política” de formação de uniões estáveis entre os cativos, perpetrada pelos jesuítas. Ao se analisar o índice de relações familiares existentes nessas quatro fazendas, obteve-se a seguinte tabela:

Tabela 1:

Relações familiares em fazendas de Jesuítas na capitania do Rio de Janeiro – Séc.XVIII.

Campos Novos	Engenho Novo	Macaé	Santa Cruz	Média percentual
73,83%	65,82%	90,32%	100%	82,49%

³⁸ AMANTINO, Marcia. Relações sociais entre negros e índios nas fazendas inicianas na Capitania do Rio de Janeiro – século XVIII. In: XVI Encontro Regional de História, 2008, Belo Horizonte. Anais do XVI Encontro Regional de História: Belo Horizonte: UFMG, 2008 – v. 1.

Fonte: Arquivo do Ministério da Fazenda, RJ.

Portanto, de acordo com o conceito exposto, nas fazendas jesuíticas existiriam comunidades escravas, dado o elevado número de famílias cativas. O que também teria ocorrido na Fazenda do Colégio. Segundo os batismos, a escravaria de Araújo era, para os padrões da região de Macacu, realmente atípica e a maior da região analisada. O mais lamentável, entretanto, em todo o tempo em que decorreu a pesquisa, foi não haver sido encontrado o inventário *post-mortem* de Henrique José de Araújo. Tal documento revelaria, de forma cabal, características mais específicas da escravaria desse senhor. Porém, os poucos relatos coevos referentes à região do Macacu já apresentados referentes a esse aspecto, apresentaram informações próximas a respeito do número de seus escravos. Vale aqui lembrá-los sucintamente: Meirét de Miecourt comentou em 1821, quando de passagem pela propriedade de Araújo, que *essa fazenda pertence a um proprietário “imensamente rico”, que possui mais de 300 negros e um engenho de açúcar.*³⁹ Já o padre Joaquim Mariano, em 1825, registrou que Araújo possuía *mais de quatro centos escravos entre todos.*⁴⁰ De fato, os registros de batismo dos cativos de sua propriedade entre 1819 a 1833, o comprovam:

Tabela 2:
Escravos batizados de Henrique José de Araújo – 1819-1833.

Adultos batizados	Crianças legítimas	Crianças naturais	TOTAIS
52	111	10	173
30,05	64,16%	5,78%	100,0%

Fonte: Livro de batismos de escravos. Arquivo da Paróquia de Sant’Ana. Cachoeiras de Macacu (RJ).

Somando-se esses 173 cativos batizados citados na tabela aos seus pais, mães, padrinhos e madrinhas,⁴¹ todos escravos da fazenda, alcança-se o número de 334 cativos. Surpreende como esse número se aproxima muito dos apresentados pelos

³⁹ NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo: 1817 a 1827*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1996.

⁴⁰ Pastoraes e Visitas da Freguesia da Santíssima Trindade. Rio de Janeiro (1727-1812). Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional. Cópia manuscrito. 140 f. 14,3,7. A datação constante no catálogo não corresponde ao que se encontra no interior do documento, havendo registros em datas posteriores, como o citado.

⁴¹ Nomes repetidos de cativos não foram considerados, embora não se descarte a possibilidade de existirem escravos diferentes e com mesmo nome, o que somente aumenta o número, tornando-o maior que o apresentado.

informantes das outras fontes. Em suma, a Fazenda do Colégio era, à época de Araújo, a maior proprietária de escravos da região, da mesma forma que anteriormente tivera sido quando ainda na posse de Antônio de Oliveira Braga. Nenhum outro senhor ou ordens religiosas, representadas na região pelas fazendas do Carmo e da Ajuda, apresentou tal volume de cativos. Araújo, inclusive, possuía tantos escravos que se dava ao “luxo” de ter distintos casais de padrinhos para seus vários escravos batizando.

Segundo meu estudo acerca dos apadrinhamentos em cerca de 2.500 registros de batismo coletados para o período de 1819 a 1840, para a região do Vale do Macacu e coletados no Arquivo da Paróquia de Santana de Japuiba, segundo distrito do município de Cachoeiras de Macacu (RJ), somados à possibilidade da existência de famílias escravas, infere-se que graças à constituição da escravaria de Henrique José de Araújo, retirados do conjunto das fontes, esta integrada por casais escravos e elevado número de filhos legítimos, em consonância com o conceito adotado, teria se perpetuado no tempo a citada comunidade escrava. De acordo com Engemann,

Cada comunidade cativa se relacionava com um mundo externo ao seu. Esta simbiose com a sociedade que a abrigava era feita por vários canais; o seu próprio senhor ou administrador, a religião Católica, as biroskas, o comércio de seus produtos. Ou seja, existiam vários conectores que ligavam o aparentemente isolado mundo da plantation ao outro mais amplo. Assim, com prontidão podemos abandonar a perspectiva de uma bolha formada pela comunidade escrava, alheia e imune a tudo o mais que se passava à sua volta.⁴²

Nesse sentido, as relações fora da Fazenda do Colégio não teriam desagregado a comunidade. Um ponto que pode ser observado na fonte acerca da observação de Engemann, é o que se refere às biroskas (tavernas). A *Discrição...* relacionou sessenta e seis taverneiros em Macacu.⁴³ Tavernas eram locais de cotidianas relações sociais, onde conversas e provavelmente brigas eram regadas com cachaça, farinha e nacos de carne-seca, e onde se praticava a distribuição, via permuta de gêneros ou troca por moeda, de vários gêneros para alimentação, sendo frequentadas por escravos, homens livres, libertos locais e viajantes.⁴⁴

Voltando-se à análise da Tabela 2, chama a atenção o elevado índice de crianças legítimas na escravaria de Araújo, 111 cativos (64,16%), possível graças à formação de

⁴² ENGEMANN, Carlos. De laços e de nós, p. 106.

⁴³ Discrição, 1797. Original manuscrito.

⁴⁴ Cf. Capítulo I, onde os viajantes mencionados comentam suas paradas nestes estabelecimentos à beira das estradas, na procura de descanso, alimentação e víveres para a viagem.

casais regulares de escravos, embora não se possa afirmar os que seriam unidos pelo matrimônio, embora isso seja totalmente plausível. Ao menos se pode aceitar que existiam uniões consensuais devido à grande potencialidade de formação de casais pelos escravos e escravas da fazenda.

Tabela 3:
Regularidade de convívio entre casais escravos na Fazenda do Colégio

Casal cativo	Ano do nascimento do 1º filho	Ano do nascimento do 2º filho	Ano do nascimento do 3º filho
Acácio e Antonia	1825	1827	-
Anacleto e Dorothea	1819	1821	-
Francisco e Antonia	1825	1827	-
Jesuíno e Catharina	1820	1826	1827
João e Rosa	1819	1825	1826
Joaquim e Teodolina	1821	1824	-
Pedro e Claudiana	1821	1824	1826

Fonte: Batismo de escravos da freguesia de Santa Trindade de Sant'Ana de Macacu, 1819-1840.

Já a Tabela 3 apresenta filhos tidos pelo mesmo casal escravo em anos diferentes na Fazenda do Colégio, o que reforça a formação de uniões estáveis já na propriedade de Araújo. Tal situação indicia a presença de famílias escravas como no caso de Jesuíno e Catharina, que tiveram filhos nos anos de 1820, 1826 e 1827. Essa possibilidade de formação de casais foi ampliada pela entrada, entre 1819 e 1840, de 23 homens e 29 mulheres, todos africanos, somando 52 novos escravos ao grupo (15,4%).

Sobre as solidariedades escravas urdidas com a chegada desses “novos”, pode-se apresentar um exemplo: em 1820, uma cerimônia de batismo coletivo teve curso num domingo, 16 de abril. Os batizando eram todos africanos adultos, registrados pelo

padre como *gentios da Guiné* e de propriedade do capitão *Henrique José de Araújo*. O pequeno grupo era constituído por nove mulheres e três homens: Firmiano, Simplício, Fidélis, Leonor, Sebastiana, Quitéria, Felícia, Escolástica, Mariana, Apolinária, Jacinta e Desidéria, todos batizados na *Capela do Colégio*. A cerimônia religiosa não foi feita pelo padre da freguesia – este apenas dera autorização para o rito –, nem tampouco na Igreja Matriz da Santíssima Trindade, embora se encaminhasse rol com nomes dos escravos para registro no livro de batismos próprio. Consultando-se esses livros, os escravos de Henrique José de Araújo aparecem na maioria das vezes relacionados em grupos, de tempos em tempos. Há também registros de batismos isolados, mas ainda assim, em número mais elevado que os demais senhores, que também batizavam na Matriz ou em suas próprias capelas e oratórios.

Essa assistência religiosa “privada” foi dada à época pelo capelão Francisco Fernandes, residente na fazenda do capitão Henrique. Servindo-se de capela e padre próprios, demonstrava esse seu poder pessoal e distinção, além de garantir economia de tempo – e recursos – por não ter que levá-los à matriz da Santíssima Trindade, a alguns quilômetros de distância da fazenda.

Nesse grupo havia duas cativas: Jacinta e Sebastiana. Batizadas em 1820, vai-se reencontrá-las em 1826 ainda trabalhando na Fazenda do Colégio, mas em situação distinta. Segundo os registros, em 26 de junho de 1826 fez-se o batismo de Urçula, adulta de nação. Fazendo par com Ventura, Jacinta agora era madrinha da nova integrante da escravaria de Araújo. Sebastiana por sua vez, aparece no registro de batismo de Bernardina, sua filha legítima com Lucas, em 20 de janeiro de 1826. Foram padrinhos Gonçalo e Umbelina.

Já Umbelina apareceu amadrinhando, juntamente com Gerardo, a “cria” Gerarda, filha de Dina, em 11 de junho de 1827. Gerardo será reencontrado como pardo liberto em 10 de março de 1833, apadrinhando, juntamente com a cativa Michelina, a escrava Darmina, filha natural da já citada crioula Dina. O exemplo ajuda a perceber a formação, entre os cativos do capitão Henrique, de solidariedades no interior da Fazenda do Colégio. Essa escravaria, por ser numerosa, e segundo os registros de batismo, a maior de todas, possibilitara essa formação.

Henrique José de Araújo provavelmente conviveu com essas inevitáveis solidariedades engendradas por seus escravos, e que lhe teriam permitido – ou lhe

obrigado – a uma maior flexibilidade no trato com seus cativos no momento de lhes destinar padrinhos.

Parece ter havido uma regularidade na Fazenda do Colégio no que tange à formação de casais de padrinhos cativos de forma bem distinta do conjunto das outras propriedades da região, aparecendo, face aos índices de nascimento de filhos legítimos e naturais, como uma “*ilha de legitimidade escrava*”, cercada de propriedades onde a regra geral foi nascer filhos naturais de escravas. Nessa “ilha” engendraram-se solidariedades escravas com laços supostamente tão fortes, que transpuseram os limites territoriais das fazendas criadas após a repartição da Fazenda do Colégio entre os herdeiros de Henrique José de Araújo após sua morte.

O terceiro momento se dá justamente a partir desse falecimento em 1840 e se estende até o ano de 1866, ou seja, um recorte temporal de vinte e seis anos. Após a morte do patriarca do clã, houve a repartição da Fazenda do Colégio em cinco novas propriedades: as fazendas Colégio, Papucaia, Jaguary, Ribeira e Rio das Pedras. Todas entregues por herança a filhos de Araújo e a Maria José de Araújo, filha do Barão de Piracinunga – portanto neta do patriarca – e esposa do Barão do Pilar, José Pedro da Motta Sayão.

A demarcação do ano de 1866 como o de encerramento dessa última fase foi estabelecida em decorrência da crise financeira da Casa Souto (1864), no Rio de Janeiro, que atingiu em cheio as finanças do clã, obrigando os Araújo a hipotecar ao Banco do Brasil quase a totalidade dos seus bens constituídos das fazendas, terrenos e prédios no Rio de Janeiro, ações do Banco do Brasil e da Estrada de Ferro de Cantagalo.

Naquele ano de 1866, o Barão de Piracinunga, Joaquim Henrique de Araújo, filho e herdeiro do patriarca, vendeu a fazenda da Papucaia à viúva Bárbara Maria de Jesus, assunto tratado no último capítulo. É nesse período, de 1840 a 1866, que se percebe nos registros de batismo que as solidariedades escravas ainda persistiam através do cruzamento entre padrinhos escravos das diferentes fazendas. Não foram observadas uniões entre cativos das fazendas, pelo fato de que, apesar de parentes, cada um dos filhos constituía-se em um distinto senhor de escravos. Uma regularidade nos apadrinhamentos se perpetuou no tempo, mesmo com a fazenda do Colégio dividida em “novas” unidades. Há casos em que aparecem essas solidariedades. Abaixo, pode-se constatar apadrinhamento de escravos por cativos de outras fazendas do clã. Analisando relacionamentos para cada fazenda, tem-se: Cativos na Fazenda da Ribeira, Lucas,

Laurindo e Venâncio, respectivamente, foram batizados por casais escravos de Rio das Pedras, Colégio e Papucaia. O mesmo com Leonor, Dionizia e Lucia.

Tabela 4:
Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda da Ribeira, 1853 a 1855.

Data	Cativo	Pai	Mãe	Padrinho	Origem (fazendas)	Madrinha	Origem (fazendas)
06.11.53	Lucas	Firmino	Miquelina	Domingos	Rio das Pedras	Theodora	Rio das Pedras
15.10.54	Laurindo	Jorge Nação	Leopoldina Nação	Laurindo	Colegio	Brígida	Colegio
27.05.55	Venancio	Jorge Cabinda	Grigoria Moçambique	Paulo	Papucaia	Archangela	Papucaia

Fonte: Livro de batismos de escravos. Arquivo da Paróquia de Sant'Ana, Cachoeiras de Macacu (RJ).

Tabela 5:
Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda Jaguary, 1855.

Data	Cativo	Pai	Mãe	Padrinho	Origem (fazenda)	Madrinha	Origem (fazenda)
01.04.55	Leonor	? Nação	Sophia Nação	Jose	Colegio	Felicia	Colegio
15.04.55	Dionizia	Estevão crioulo	Catharina Nação	Jacinto Nação	Ribeira	Maria Nação	Ribeira
13.05.55	Lucia	Domiciano cabra	Rosaura Crioula	Julio Nação	Colegio	Elisaria Crioula	Colegio

Fonte: Livro de batismos de escravos. Arquivo da Paróquia de Sant'Ana. Cachoeiras de Macacu (RJ).

Na Fazenda do Colégio, há o caso de Izidro, filho de Feliciano, mina, e Cândida, crioula. Os padrinhos eram da Jaguary: Izydro (homônimo), cabra, e Lucrecia, cabra forra.

Data	Cativo	Pai	Mãe	Padrinho	Origem (fazenda)	Madrinha	Origem (fazenda)
03.07.53	Maria	-	Clara Crioula	Tito Nação	Papucaia	Engracia	Papucaia
28.01.55	Gervasio	-	Carolina Crioula	Domiciano	Jaguary	Rosana	Jaguary

25.02.55	Izidro	Feliciano Mina	Cândida Crioula	Izydro Cabra	Jaguary	Lucrecia cabra forra	Jaguary
15.04.55	Basílio	Sabino crioulo	Apollonia Crioula	Francisco Crioulo	Papucaia	Antonia Nação	Papucaia
02.09.55	Ursula	Domingos José	Laura da Conceição	Miguel Crioulo	Papucaia	Ursula (viúva)	Colegio

Tabela 6:

Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda do Colégio – 1853 a 1855.

Fonte: Livros de batismos de escravos – Arquivo da Paróquia de Sant’Ana – Cachoeiras de Macacu (RJ).

Vê-se, por exemplo, o batismo de Ursula, filha legítima de Domingos José e Laura da Conceição. Foram padrinhos Miguel Couto, da Papucaia, e a cativa viúva também de nome Ursula da Fazenda do Colégio, indiciando a maior aproximação de Laura, a mãe, e a madrinha.

Tabela 7:

Cruzamento apadrinhamentos na Fazenda Rio das Pedras – 1853 a 1855.

Data	Cativo	Pai	Mãe	Padrinho	Origem (fazenda)	Madrinha	Origem (fazenda)
26.05.53	Gracilacia	-	Preciliana Nação	Victorino Nação	Colegio	Escolástica Crioula	Colegio
06.07.54	Gracelacio	Firmino crioulo	Vitalina Crioula	Tito	Papucaia	Engracia	Papucaia
03.09.54	Severiano	Malachias nação	Flausina Crioula	Izach Crioulo	Ribeira	Thomazia Crioula	Papucaia
17.06.55	Emilia	-	Angela Parda	Felismino Pardo	Papucaia	Faustina Crioula	Papucaia

Fonte: Livros de batismos de escravos – Arquivo da Paróquia de Sant’Ana – Cachoeiras de Macacu (RJ).

Caso também interessante que aparece nessa tabela é o de Severiano: filho de Malachias, de nação, com a crioula Flausina, foi batizado por Izach, crioulo da Fazenda da Ribeira e Thomazia, também crioula e escrava de outra fazenda, a Papucaia. Caso semelhante ao ocorrido na Fazenda do Colégio, Anastácia, filha dos crioulos Mamede e Christina, da Fazenda Papucaia, recebeu o nome de sua madrinha, cativa na Jaguary.

Tabela 8:

Cruzamento de apadrinhamentos na Fazenda da Papucaia, 1853 a 1855.

Data	Cativo	Pai	Mãe	Padrinho	Origem (fazenda)	Madrinha	Origem (fazenda)
14.05.54	Lucia	Desiderio Crioulo	Eugenia Crioula	Joaquim, Crioulo	Colegio	Escholastica	Rio das Pedras
31.12.54	Manoel	Domingos Crioulo	Epiphania Crioula	Felizardo	Colégio	Severiana	Colegio
15.01.55	Anastácia	Mamede Crioulo	Christina Crioula	Thelesforo	Jaguary	Anastacia	Jaguary
25.02.55	Geraldo	Jose Chama Nação	Luzia Crioula	Venerando	Colégio	Silvana	Colegio
12.06.55	Deolinda	Affonso Crioulo	Adriana Crioula	Aleixo Pedro	Rio das Pedras	-	-
06.11.53	Lucas	Firmino	Miquelina	Domingos	Rio das Pedras	Theodora	Rio das Pedras

Fonte: Livros de batismos de escravos – Arquivo da Paróquia de Sant’Ana – Cachoeiras de Macacu (RJ).

Assim, mesmo com a antiga Fazenda do Colégio de Henrique José de Araújo repartida, os escravos continuaram constituindo casais para apadrinhar os filhos nascidos nas agora “novas” propriedades. Vários casais de padrinhos eram formados por escravos de propriedades e donos distintos. Propriedades estas limítrofes e que anteriormente formavam uma única fazenda!

Os cativos dos Araújo teriam dado continuidade às solidariedades que haviam construído – mesmo que divididos pelas linhas imaginárias que “separavam” as fazendas. Muito provavelmente se escolhiam como padrinhos e madrinhas de seus filhos e dos adultos que chegavam. Estes ao menos até 1850. Isso leva a supor que continuaram, de forma distinta, a manter o convívio que tinham quando a Colégio ainda possuía sua integridade territorial.

Poderia-se apresentar o argumento da falta de escravos em alguma das fazendas como motivo para os apadrinhamentos entre elas, o que seria feito entre os filhos dos Araújo por “empréstimo”, obrigando-os a uma transferência de escravos para sua execução. Tal situação, entretanto, não se vê plausível quando se observa a quantidade de escravos de cada uma das fazendas.

Tabela 9:

Número de escravos nas fazendas dos Araújo – Séc. XIX.

Proprietário	Fazenda	Nº de Escravos
--------------	---------	----------------

Comendador Henrique José de Araújo	Da Ribeira	70
Comendador José Henrique de Araújo	Do Rio das Pedras	140
Comendador Antonio de Araújo Braga	Jaguary	40
Barão de Piracinunga (Joaquim Henrique de Araújo)	Da Papucaia	100

Fonte: Inventário de Antonio de Araújo Braga – 1871- Arquivo Nacional.

Há mais casos visíveis de apadrinhamentos de escravos de outras fazendas para a Fazenda da Papucaia, esta com 100 escravos, do que para a Jaguary, com 40 cativos. A segunda tem o menor número de escravos, é verdade, mas apadrinha tanto quanto a Rio das Pedras, com 140 cativos. A Papucaia, por sua vez foi a que recebeu o maior número de padrinhos “de fora”.

Parece certo que existiam fortes laços de compadrio e proximidade criados, recriados e perseverados por esses escravos e suas conseqüentes gerações. Os escravos de Henrique José de Araújo conviveram no cotidiano da escravidão através da construção de parentelas e compadrios como estratégia de resistência ao escravismo. Esses laços de compadrio, contudo, teriam formado uma comunidade escrava, de acordo com o conceito tomado como base?

Até que ponto haveria a pertinência na aplicação do termo “*comunidade*” para explicar esse espaço de sociabilidades escravas produzidas em nível complexo? Segundo Albuquerque, a tradição sociológica weberiana fundou conceitos para comunidade e sociedade, que foram sistematizados por Tönnies nos termos *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* no século XIX. Estes têm sido instrumentos de identificação e de compreensão de contextos e períodos históricos desde o XVIII.⁴⁵ Em Weber, Aron buscou delimitá-los:

Quando o resultado do processo de integração é uma comunidade (*Gemeinschaft*), o fundamento do grupo é um sentimento de pertinência experimentado pelos participantes, cuja motivação pode ser afetiva ou tradicional. Se este processo de integração leva a uma sociedade (*Gesellschaft*), isto se deve ao fato de que a motivação das ações sociais

⁴⁵ ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. Comunidade e Sociedade: conceito e utopia. Revista Raízes. Ano XVIII, Nº 20, novembro/99, p. 50 – 53.

se constitui de considerações ou ligações de interesses, ou leva a um acerto de interesses.⁴⁶

A sociedade, portanto, surgiria de uma interação de contrato entre os homens, enquanto a comunidade, por relações construídas no convívio, trazendo um “sentimento de pertinência”. Talvez o conceito de comunidade escrava tenha sido aplicado com essa concepção sociológica moderna, na busca de se explicar esse espaço relacional mais complexo engendrado pelos cativos. Faria demonstrou que a definição do termo comunidade é bem complexa:

Usa-se comunidade como se houvesse um consenso sobre seu significado. Não há. G. A. Hillery, há décadas atrás, analisou 94 definições de “comunidade” em diversos autores e chegou à conclusão de que “exceto quanto à concordância pacífica de que as pessoas vivem em comunidade, nenhum consenso existe entre os cientistas sociais quanto à sua natureza”. Alguns empregavam o termo num sentido mais amplo, confundindo-o com sociedade, organização social ou sistema social. Alguns até mesmo o identificam com a idéia de nação. A maioria, entretanto, relaciona-o a um lugar territorial específico, inclusive no tempo.⁴⁷

Portanto, Faria demonstra o quanto o conceito de comunidade pode ser amplo e questiona se as comunidades escravas surgiriam unicamente em grandes escravarias. Considera em sua discussão a posição de autores opostos da noção de comunidade de cativos, que colocaram o tráfico como elemento desestabilizador da sua formação, ou seja, a não possibilidade de uma coesão entre os escravos que os fizesse agir de acordo com uma “*identidade comum*”.⁴⁸

Por outro lado, aborda que em outros autores, como Slenes, o argumento de que o processo de criouliização traria a formação de relações mais horizontais entre os cativos, os distanciaria de conflitos, de um “estado de guerra” constante,⁴⁹ o que poderia possibilitar, por sua vez, a formação de comunidades.

⁴⁶ ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.805.

⁴⁷ FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 133-157, 2007.

⁴⁸ Cf. FLORENTINO, Manolo Garcia & GÓES, José Roberto. A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 e MATTOS, Hebe Maria. A Cor Inexistente. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁴⁹ Cf. SLENES, Robert. Na Senzala uma Flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava – Brasil, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Em sua caracterização, a comunidade escrava seria constituída através de relações afetivas com base em estruturas parentais (casamentos, compadrio) construídas no tempo.⁵⁰ Tais solidariedades, por sua vez, seriam possíveis se construídas em níveis complexos em grandes escravarias.⁵¹ Assim, o número elevado de escravos num determinado espaço propiciaria solidariedades em nível comunitário, já que, nas regiões com predomínio de grandes plantéis, por exemplo, o percentual de escravos apadrinhando escravos era mais significativo,⁵² embora tal circunstância não possa ser encarada como regra.⁵³

Com base nessas características, a comunidade escrava, para constituir-se, deveria apresentar um conjunto de condições ideais básicas: grande número de escravos ampliando as tensões e forçando “negociações”, as quais gerariam alianças pelo convívio prolongado, promovendo uma ou mais gerações de escravos e formando um amálgama cultural com base na memória dos antepassados do grupo. Surgiria então um espaço relacional complexo denominado *comunidade escrava*.

A Fazenda do Colégio aponta para as características acima apresentadas, reforçadas inclusive pelo que indiciam as fontes: a escravaria da “Colégio” era a maior da região, tanto no século XVIII quanto no XIX. Além disso, a composição sexual da fazenda à época de Antonio de Oliveira Braga (1797) e a forma peculiar de seus batismos quando de posse de Henrique José de Araújo, circunscrevem a Fazenda do Colégio como detentora de uma comunidade de cativos, de acordo com o conceito anteriormente exposto por Engemann.

Entretanto, qualificando-se o conceito de comunidade, a qual, segundo Aron, deveria ser necessariamente *partilhada por pessoas com cultura comum e que apresentam uma identidade distinta como grupo*,⁵⁴ há uma aproximação com o que expõem seus opositores. O termo comunidade, como também se viu, serviria para conceituar sociedade, organização social, sistema social ou mesmo nação. Nesses sentidos, ao que parece, o termo comunidade seria “mal ajustado” para conceituar esse espaço relacional complexo entre escravos. Seria possível considerar que escravarias,

⁵⁰ GUEDES, Roberto. Notas sobre fontes paroquiais de batismo.

⁵¹ ENGEMANN, Carlos. De laços e de nós, p. 26.

⁵² MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos, p.49-77.

⁵³ Segundo Brügger, em estudos feitos com batismos de cativos em São João Del Rei entre o extenso período que vai de 1730 a 1850, predominaram homens livres apadrinhando escravos em níveis próximos a 62%. Cf. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e escravidão, p.3-6.

⁵⁴ ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico, p. 805.

mesmo que grandes, poderiam constituir um *sistema social* distinto, no interior do sistema escravista? Talvez não, mas que relações de caráter comunitário teriam existido e consolidado uma *organização social* peculiar entre os cativos da Fazenda do Colégio parece certo afirmar.

É, portanto, inegável que fortes laços de compadrio foram criados, recriados e mantidos pelos seus escravos. Entre os cativos de Antonio de Oliveira Braga e quiçá de Henrique José de Araújo, alguns poderiam ter sido mesmo descendentes de escravos dos padres jesuítas. Acaso as outras fazendas jesuítas citadas não apresentaram elevado índice de formação de famílias escravas *após* seu confisco? Não estariam essas famílias já consolidadas, já que apresentavam filhos legítimos, gerados anteriormente à sua tomada das mãos dos padres? Esses escravos teriam então vivido juntos por décadas, suportando agruras do cotidiano escravista através da construção de solidariedades como estratégia de sobrevivência. E a Colégio havia sido também da Companhia de Jesus.

Buscando-se uma consolidação da veracidade da hipótese levantada, cumpre, por fim, analisar as relações existentes na Fazenda quando ainda na propriedade da Companhia de Jesus, ou melhor, para os objetivos deste artigo, da presença de relações comunitárias no interior da mesma. Tal situação foi possível acompanhar através do “Auto de inventário e sequestro da fazenda de Nossa Senhora da Conceição de Papocaia localizada no distrito da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu”⁵⁵.

Não alongando na análise da fonte mencionada devido ao espaço disponível neste artigo, cumpre dizer que à época da confecção do inventário existiam 313 cativos na Fazenda, separados em famílias, as quais compreendiam, cada uma – exceto caso de escravos viúvos - um casal escravo, tendo sido registrada a função ou ofício desempenhado pelo cabeça de casal, seus respectivos filhos ou agregados. É possível se perceber a existência de interessantes relações comunitárias, como no caso de Gabriel, crioulo, serviço de roça, 22 anos, casado com Antonia, crioula, serviço de roça, 24 anos. Tinham como filhos, Arcangella, crioula de 10 anos e Marianna, também crioula, com 4

⁵⁵ ARQUIVO TORRE DO TOMBO- Cópia do auto de inventário e sequestro que mandou fazer o doutor desembargador Ouvidor geral do civil da Relação do Rio de Janeiro Gonçalo José de Brito Barros da fazenda e mais bens a ela pertencentes chamada de Nossa Senhora da Conceição de Papocaia cita no distrito da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu. Catálogo Desembargo do Paço repartição da Corte, Extremadura e Ilhas -1759-1760- maço 2038.

anos. Seria uma situação bem normal, não fosse o caso que Marianna é dada como exposta. Abandonada para “adoção” por parte de um dos casais escravos residentes na fazenda?

Outro caso é o do casal Deonizio Teixeira, cabra, 50 anos e Paschoa Soares, também com 50 anos. Tinham como filhos Ignacia dos Reis, crioula, de 10 anos e Urbano Mestiço, 5 anos. Ambos expostos.

Outro, o de Narcizo, e Beatriz Barboza, 30 anos. Tinham como filha, Joaquina, 12 anos. A questão interessante é sua relação com a família de Cypriano, alfaiate, casado com Maria de Souza, de 20 anos. Morava com eles Gaudência, de 8 anos, filha de Cypriano.

Já Florentino, pardo, ferreiro, 38 anos era casado com Caetana, parda, 25 anos. Tinham como filha, Constancia, 3 anos e Manoel, pardo, 7 anos. A fonte ainda informa que Manoel era um irmão de Florentino e “está em sua companhia por não ter pai”.

Num último caso, tem-se Benedicto de Moura, serviço de roça, 50 anos, casado com Barbara Munis, “que se acha doente no Colegio do Rio de Janeiro”. Morava com eles Lyberata, “neta dos ditos, 8 anos, filha de Ambrozio Moreira, que andava na barca dos Padres e se acha na Cidade do Rio de Janeiro.”

Em suma, a Fazenda do Colégio, segundo as fontes apresentam, responde favoravelmente, por suas características, à existência de uma comunidade escrava em seus limites. Relações sociais em nível mais complexo entre cativos, embora não necessariamente harmônicas, parece mesmo impossível de se ignorar que não houvessem lá existido.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. Comunidade e Sociedade: conceito e utopia. Revista Raízes. Ano XVIII, nº 20, nov./99.
- AMANTINO, Marcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832. In: LOCUS Revista de História, v. 12, nº 02. Juiz de Fora: UFJF, 2006.
- _____, Marcia. O mundo das feras. Os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – Século XVIII. São Paulo: Anablume, 2008.
- _____, Marcia. Relações sociais entre negros e índios nas fazendas inacianas na Capitania do Rio de Janeiro – século XVIII. In: XVI Encontro Regional de História, 2008, Belo Horizonte. Anais do XVI Encontro Regional de História: Belo Horizonte: UFMG, 2008 – v. 1.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. Rebelião e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, Dissertação de mestrado, 1996.
- ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2002
- CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ENGEMANN, Carlos. Comunidade Escrava e Grandes Escravarias no Sudeste do Século XIX. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003, Caxambu, 2003.
- ENGEMANN, Carlos. De laços e nós. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 133-157, 2007.
- FLORENTINO, Manolo Garcia & GÓES, José Roberto. A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João et alli. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- FREIRE, Jonis. Expectativas e tensões: estabilidade das famílias escravas, em uma sociedade escravista mineira, século XIX. In: II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2008, Muriaé. Anais do II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2008.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org), Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.
- GUEDES, Roberto. Notas sobre fontes paroquiais de batismo. In: Cadernos de Estudos e Pesquisas. História. Ano VIII. Jan/Abr 2004. Nº 19. Rio de Janeiro: Universidade Salgado de Oliveira, 2004.
- IVO, Isnara Pereira & PAIVA, Eduardo França. Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.
- KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- LARA, Sílvia Hunold. Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750–1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX. SP: Brasiliense, 1988.
- LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: UFRJ, Volume 6, número 11, jul-dez, 2005.
- MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. In: Revista Brasileira de História vol.26, nº.52, São Paulo, Dez. 2006.

- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MATTOS, Hebe Maria. A Cor Inexistente. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MORAIS, Alexandre José de Melo. Corographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária, e política do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro Typ. Americana, 1858-1863, 5 v.1.
- NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo: 1817 a 1827*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1996.
- SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. O Rio de Janeiro no século XVI. Estudo Histórico. Vol. 1, Lisboa, 1965.
- SILVA, Eduardo & REIS, João. Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org). Brasil: Colonização e escravidão. RJ: Nova Fronteira, 2000.
- SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. RJ: Nova Fronteira, 1999.
- SOUSA, Jorge Prata de. Escravidão: ofícios e liberdade no Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.